**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CATAGUASES MG**

**CONSELHO MUNCIPAL DE SAÚDE**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2017 DO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, no auditório da Sociedade Médica e Cirúrgica de Cataguases, situada na Rua Antônio Augusto Souza Filho, nº 442, bairro Vila Tereza, Cataguases MG, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases, conforme pauta adiante: 1- Informes do dia; 2- Apreciação e aprovação da ata da 1ª Reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases; 3- Apreciação e votação das alterações no Projeto de Fortalecimento de Vigilância em Saúde; 4- Apreciação, discussão e votação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases, conforme determinado no art. 21, §1º do referido regimento; 5- Apreciação e votação da tabela diferenciada da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme planilha em anexo e Portaria nº 1.606 de 2001 que regulamenta a complementação da tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde, que entrará em vigor após segunda aprovação na Comissão Intergestores Regionais, a ser realizada na Gerência Regional de Saúde de Leopoldina; 6- Assuntos de interesse dos Conselheiros. Conselheiros presentes: Eliermes Teixeira de Almeida (governo), Fernando Moreira (suplente ABO), Iraci Albina da Silva (Sind. dos Trab. Da Área da Saúde), Bruno Couto (HC), Vinicius Miranda (Asso. Méd. e Cirur. De Cata.), Abna Paula Carneiro (suplente CAPS), Gabriela Maria de Oliveira Spíndola (CEO), Vasco Fernando Miranda (Maçonaria), José do Carmo de Paula Silva (Pastoral da Criança), Antônio Carlos de Souza Lima (Lions Club), Rogério Tobias Norte (Rotary Club), José Francisco Ferreira (SSVP), Carlos Silvério (Sinserpu), Moisés Moura Brito Júnior (CREA) e Alencar Francisco Norte Júnior (Laboratório Municipal). Convidados: Tairísis da Silva Roque (Coordenadora da Vigilância Epidemiológica), Souza Mendonça (Rádio Brilho) e Reginaldo de Melo Martins (Coordenador da Vigilância Sanitária). Encontravam-se presentes 15 (quinze) conselheiros, portanto, houve quorum, e 07 (sete) convidados. Sendo assim o Presidente do Conselho José do Carmo deu início a reunião às 20hs02min cumprimentando a todos e deu início a reunião passando a palavra para a Conselheira suplente Ana Paula para que ela desse os informes do dia. A Conselheira suplente informou que o Conselho recebeu um convite para participar do encontro para apresentação do Conselho de Desenvolvimento de Cataguases- CONDEC, que foi realizado hoje às dezenove horas no Centro Cultural Humberto Mauro; que a Associação Brasileira de Odontologia – ABO enviou ofício informando seus novos representantes junto a este Conselho como sendo Conselheiro titular Tarcísio do Carmo Pereira Lana e Conselheiro suplente Fernando Moreira Filho; que a Câmara Municipal de Cataguases encaminhou ofício ao Conselho solicitando o Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cataguases do último quadrimestre do ano de 2016. O Presidente do Conselho informou que a correspondência encaminhada pela Câmara Municipal foi enviada pela vereadora Maria Ângela Girardi e vereadores sargento Jorge Roberto, Hercyl Salgado, Rafael Rodrigues e Rogério de Oliveira Ladeira; que ele ainda não respondeu a correspondência porque gostaria de informar aos conselheiros primeiro, mas eles estão no prazo para responder e a Secretaria de Saúde, apesar de ainda não ter encaminhado o Relatório solicitado, tem até o dia trinta e um de março para fazê-lo; que ele irá responder a correspondência informando que cabe a Secretaria de Saúde encaminhar o relatório e o Conselho apenas acompanha. O Secretário de Saúde Eliermes esclareceu que Relatório de Gestão do último quadrimestre não existe, o que tem é o Relatório de Gestão do ano de 2016, que a Secretaria de Saúde tem até trinta de março para encaminhar, ou o relatório de execução financeira e orçamentária que é o relatório quadrimestral que o prazo seria agora; que não deu para entender se eles querem o RAG ou relatório do último quadrimestre. Dando continuidade, o Presidente do Conselho colocou a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases do ano de 2017, perguntando se algum conselheiro tinha algo a dizer sobre a ata. O Conselheiro Vasco cumprimentou a todos e disse que nas linhas 39, 40 e 41 está dizendo que a Dra. Gabriela é a nova Conselheira titular do CEO e na sequência que a Kênia também é titular; que o correto é a Dra. Gabriela como Conselheira titular e a Kênia como Conselheira suplente. O Presidente do Conselho perguntou se alguém tinha mais alguma correção a fazer, não tendo ninguém se manifestado colocou a Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases do ano de 2017 com a correção feita pelo Conselheiro Vasco em votação solicitando que aqueles que a aprovassem permanecessem sentados e os que não aprovavam se levantassem. A Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases do ano de 2017 com a correção feita pelo Conselheiro Vasco foi aprovada por unanimidade. O Presidente passou para o item apreciação e aprovação do Plano Municipal de Investimento de Vigilância em Saúde, passando a palavra para a Coordenadora do setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde de Cataguases. A Coordenadora explicou que este projeto seria um aumento, um adendo, da Resolução nº 5.350 de 13 de julho de 2016, que corresponde ao segundo quadrimestre, e a Resolução nº 5.421 de 8 de setembro de 2016, que corresponde ao terceiro quadrimestre; que esse plano já foi apresentado e aprovado na reunião de dezembro do Conselho Municipal de Saúde, contudo, a maneira como ele constou na ata da referida reunião não foi aceita pela Gerência Regional de Saúde –GRS e, por isso, não foram liberados alguns recursos; que na ocasião ele foi aprovado com ressalva por causa do carro da Vigilância em Saúde que teve perda total e não foi informado o que houve com ele, assim como o gerador e a compra de duas câmaras frias que estava o projeto do primeiro quadrimestre no valor de R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e R$8.000,00 (oito mil reais) para comprar o gerador; que a Secretaria fez todo o levantamento junto com a engenheira elétrica sobre o gerador e foi verificado que a rede elétrica da Policlínica não comportava o gerador; que em virtude disso, no momento, não teria como ser comprado esses itens; que ela fez uma negociação na GRS com a Coordenadora de Vigilância Epidemiológica Ângela e a Coordenadora de Vigilância em Saúde Marcela para que o dinheiro não fosse devolvido e pudesse ser realizada a compra de um carro, já que o da Vigilância em Saúde havia sido perdido; que ela fez diversas colocações com elas visto que, se nós não alcançarmos as metas não receberemos os recursos; que assim eles aprovaram a compra do carro, não deixando de salientar a importância da compra do gerador e da câmara fria, desde que haja um local adequado; que a medida que esse Plano de Fortalecimento vai se aprimorando e alcançando as metas almejadas, recursos serão depositados e poderá ser comprada a câmara e o gerador quando se tiver um local adequado; que como teve o problema com a ata eles vieram hoje passar o plano de novo e sanar qualquer dúvida que possa ter havido; que quanto ao carro, ela não pode responder o que aconteceu com ele, isso seria com o gestor, assim como a prestação de contas do primeiro quadrimestre que seria pelo RAG; que o que ela está passando é com relação ao segundo quadrimestre em conformidade com as duas resoluções que ela falou antes. O Conselheiro Vasco perguntou a coordenadora se este dinheiro eles não poderiam aprovar hoje para outras coisas mais prioritárias no momento, já que isso é passado. A Coordenadora disse que o Plano já foi aprovado e ela está hoje só reafirmando o que já foi aprovado e para tirar dúvidas, tendo, ainda, falado sobre a importância de se ter o carro a disposição da Vigilância em Saúde de forma que esta possa executar seus serviços de forma efetiva e sem atrasos, bem como detalhou os diversos serviços prestados pela Vigilância em Saúde e a importância de que todos nós fiscalizemos para que esse carro seja mantido somente a serviço da Vigilância em Saúde. O Secretário de Saúde Eliermes parabenizou a Coordenadora Tairísis pela explanação dela, pois muitos não sabem da importância da Vigilância Epidemiológica; que ele costuma falar que a parte do SUS que funciona de promoção em saúde é a Vigilância em Saúde. O Conselheiro Moisés perguntou ao Secretário de Saúde se, devido a importância que tem a câmara fria para conservação de vacinas, alguns tipos de remédio, material, entre outros, já foi providenciado estudos e projetos do imóvel para receber essa câmara fria e esse gerador. O Secretário de Saúde disse que tudo o que foi apresentado com relação a esse Projeto de Fortalecimento foi feito na gestão passada; que hoje eles não tem estrutura física para isso; que antes só foi aprovado o recurso pelo Conselho, e ele não sabe qual foi o estudo feito pela gestão passada. O Conselheiro Moisés disse que, como o Conselho tem muita confiança n Secretário, ele acredita que o Secretário irá suprir isso, pois esse equipamento é de extrema necessidade. O Secretário de Saúde disse que eles estão trabalhando dentro da gestão do prefeito com toda a equipe buscando fazer tudo dentro da técnica e conformidades legais. O Conselheiro suplente da ABO Fernando Moreira parabenizou a Coordenadora Tairísis pela troca do recurso para comprar o carro ao invés da câmara fria e do gerador, já que é verba carimbada e tem que ser feito do jeito certo, e disse que nós já estamos no mês de março, no terceiro mês do primeiro quadrimestre e que essa câmara fria que já havia sido aprovada, que tem que ter o projeto e se não foi executado porque havia uma falha na estrutura do prédio, ele acha que essa câmara fria prenderá verbas no futuro; que tudo no SUS tem que ter um cronograma. O Conselheiro Alencar pediu que a Coordenadora Tairisis esclarecesse porque quando foi feita a mudança no Plano de Fortalecimento foi justamente porque chegou uma quantia de dinheiro a mais porque eles não tinham conseguido comprar todo o material que havia sido aprovado no primeiro plano por falta de dotação; que como chegou o dinheiro a mais eles com o material que não foi comprado e houve algumas mudanças; que eles tinham um prazo para gastar esse dinheiro, então ele gostaria de saber se ainda está no prazo para comprar. A Coordenadora Tairísis disse que a câmara fria vai ser comprada, assim como tem o projeto; que as metas deles não serão mais quantitativas e sim qualificativas; que foi feito o projeto e a câmara fria e o gerador e quando tiver uma estrutura montada adequada eles serão comprados, mas isso não irá bloquear nenhum recurso; que em relação ao prazo elas realmente tinham, mas ele foi prorrogado e elas estão correndo contra o tempo para poder realizar a compra de todos esses materiais, pois se não gastarem o dinheiro terão que devolver; que o carro e os demais itens já estão em processo de licitação e sedo providenciados pelos setores responsáveis da Prefeitura. O Presidente do Conselho perguntou se mais alguém tinha algo a perguntar sobre o projeto, não tendo ninguém se manifestado colocou em votação o Plano Municipal de Investimento de Vigilância em Saúde solicitando que aqueles que concordassem permanecessem sentados e os que não concordassem se levantassem. O Plano Municipal de Investimento de Vigilância em Saúde foi aprovado por unanimidade. O Presidente, então, passou para o item seguinte, apreciação, discussão e votação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases, dizendo que, aparentemente, nem todos os conselheiros receberam uma cópia do Regimento Interno do Conselho e, por isso, ele fará uma alteração dando entrada em um documento com a assinatura de sete conselheiros solicitando a alteração do Regimento para na próxima reunião nós já entrarmos fazendo estas alterações. O Conselheiro Vasco sugeriu que até a próxima reunião cada Conselheiro fizesse, em casa, suas propostas de alteração para que pudéssemos debater. O Presidente do Conselho disse que já serão apresentadas essas propostas; que ele está encaminhado esse documento para colher as sete assinaturas justamente porque, de acordo com o nosso Regimento Interno, temos que anualmente fazer uma revisão dele. Na sequência, o Presidente leu para os presentes ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde hoje pela parte da manhã, solicitando a inclusão na pauta de um assunto urgente e de extrema importância, relacionado às cirurgias eletivas. Sendo assim, considerando que, conforme determina nosso Regimento Interno, até quinze minutos antes do início da reunião pode ser incluído assuntos na ordem do dia, fora incluído a apreciação e votação da tabela diferenciada da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme planilha em anexo e Portaria nº 1.606 de 2001 que regulamenta a complementação da tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde, que entrará em vigor após segunda aprovação na Comissão Intergestores Regionais, a ser realizada na Gerência Regional de Saúde de Leopoldina. O Presidente passou a palavra para o Secretário de Saúde Eliermes que disse que o Conselheiro Joseph estava entregando para os conselheiros uma cópia da tabela; que há mais ou menos quatro anos não estão sendo feitas cirurgias eletivas em Cataguases; que temos demanda reprimida de geral, de ortopedia, ginecologia, enfim, todas as cirurgias eletivas estão hoje em demanda reprimida; que muitas estão se transformando em cirurgia de emergência e em demandas judiciais; que eles entendem o lado do profissional, uma vez o serviço profissional numa cirurgia eletiva de, por exemplo, hérnia, vesícula, o SUS paga uma média de R$142,00 (cento e quarenta e dois reais), cento e sessenta e poucos reais; que diante disso, uma proposta de governo do Prefeito, que ele já tinha até passado para o Prefeito de antemão, para fazer saúde no Município hoje nós temos que colocar recurso municipal, recurso próprio; que o Estado não vai alocar, somente nesses mutirões, assim como o Governo Federal; que você acaba fazendo uma pactuação e passa ela para o Hospital que não consegue o profissional para poder pagar; que ano passado eles conseguiram fazer uma pactuação através do Pró-Hosp onde o Hospital tem a condição de ofertar o procedimento de custeio e ele fez isso nos anos de 2014,2015 e 2016 com cirurgia eletiva, ou seja, o Hospital recebia esse recurso do Pró-Hosp e pagava ao médico o valor de R$400,00 (quatrocentos reais) para fazer essas cirurgias; que no último ano , 2016, foram pactuadas, se ele na se engana, oitenta cirurgias, mas não conseguiram fazer todas elas e algumas foram encaminhadas para Rio Pomba; que nós temos hoje uma tabela do SUS que é de 1994, uma Resolução do Ministério da Saúde de nº 1.606 de 2001, que está anexada a tabela que os conselheiros receberam, ou seja, em 2001, cm dezessete anos, o Ministério da Saúde já entendia que esse recurso era pouco e que o Município, o Estado e a União poderiam complementar esse valor de tabela; que essa Resolução é de 2001 e hoje nós estamos em 2017 e existe a necessidade de fazer essa alteração; que hoje nós somos Município de gestão plena e temos condição e capacidade, ele fez alguns estudos sobre o que nós temos hoje de média e alta complexidade e recurso alocado, onde hoje não fazemos nenhuma cirurgia; que se pegássemos o valor que gastamos em duas cirurgias para fazermos uma já estaríamos no lucro; que a proposta de alteração desse tabela tem legitimidade por essa Portaria que está em vigência; que outro ponto que foi levantado hoje é que nós temos a estrutura do Hospital que faz essas cirurgias dentro dos planos de saúde e esses valores da tabela não ficaram idênticos, mas muito próximos do que o plano paga; que essa é uma estratégia que nos temos hoje de passar no Conselho e depois ele vai levar para a CIR, já tendo conversado com alguns Secretários de Saúde da região para ter o apoio deles; que nós não vamos ficar a mercê de uma espera de um recurso da esfera estadual para atender nosso paciente porque isso não vai acontecer; que hoje temos um Estado praticamente “quebrado”, que não tem recurso para ser alocado nesse tipo de atendimento; que dentro dos recursos que nós temos hoje no tesouro municipal; que poderíamos, dentro da regulação, montar uma estrutura dessa que está sendo proposta na tabela, poderemos atender os pacientes sem ficar onerados com a pactuação de outros municípios, porque dentro dessa mesma portaria ela já traz em seu texto a possibilidade de formarmos parcerias e instrumentos de cooperação entre os municípios referenciados, com o Município sede que é Cataguases, nós temos meio de fazer isso; que juridicamente isso pode ser a título de subvenção, pode ser através de convênio de cooperação dentro da PPI, que é a pactuação integrada; que a saída para voltarmos a fazer essas cirurgias hoje é essa. O Conselheiro Jospeh disse que ele estava analisando a tabela e não está ruim, mas que tem alguns pontos que ele não sabe o que a classe médica vai achar; que ele observou que o valor da cirurgia de fimose aumentou muito pouco a seu ver, e ele na sabe se os nossos urologistas farão a cirurgia nesse valor; que o custo dela no mercado está em torno de mil reais; que não ficou claro nessa tabela se terá uma consulta pré e outra pós operatória, já que os médicos cobram para fazer uma avaliação prévia do paciente e depois, trinta dias após a cirurgia; que ele acha que deve ser aprovada a tabela, mas também deve ser feita uma consulta à parte cirúrgica do Município; que ele vê que o Secretário está com boa vontade para resolver isso, mas não sabe se os médicos irão concordar com isso; que, em virtude da judicialização da saúde, paga-se hoje em dia muito mais do que se deveria por uma cirurgia; que se deve ter bom senso, os médicos deveriam ser consultados, a sociedade médica está do lado do Secretário e devemos ver com os médicos se eles concordam com isso para resolvermos essa demanda reprimida. O Secretário de Saúde disse que vem acompanhando a discussão desde quando se parou de fazer cirurgias eletivas em 2012; que eles marcavam reuniões para discutir com os médicos e não vinham todos os cirurgiões e os que vinham já traziam valores fechados, o que oferecia era pouco e o que eles queriam era muito e nunca fechava uma discussão; que ele está indo pelos princípios do SUS, primeiro, nós temos uma tabela nacional que foi considerado, por uma questão de regionalização, a possibilidade de se fazer essa complementação, e tem locais onde tem a tabela SUS, não se complementa nada e tem profissional querendo operar; que eles foram hoje pelo princípio do SUS, nós temos serviço profissional que já foi determinado no valor da tabela SUS, nós unificamos duzentos por cento de complemento na tabela, ou seja, se uma cirurgia aumentou pouco e a outra muito, é porque proporcionalmente o serviço pago por um é bem inferior pelo outro; que eles tem alguns procedimentos que estão até mesmo além da tabela da AMP, e alguns planos ainda trabalham com essa tabela e, por isso, temos procedimentos que estão idênticos; que em relação as consultas, a contratualização do Hospital não é feita em cima de metas, mas sim de valores financeiros, mas isso está errado porque o SUS trabalha com metas, então na nova contratualização eles vão fazer dentro de metas; que o primeiro passo é oferecer uma tabela que seja legítima, que tenha compensação, que eles possam cobrar por essa tabela, a execução dessa tabela; que eles podem cobrar do Hospital na contratualização, na hora que ofertar uma tabela onde vai ter uma aumento de serviço profissional, de serviço hospitalar e que já existe uma demanda executada de plano de saúde; que na nossa contratualização com o Hospital nós vamos fazer isso, colocar metas; que se hoje eu tenho dentro do Município de Cataguases a pactuação de 112 cirurgias mês, onde não são eletivas, entra urgência, emergência e referências, se nós estipulássemos uma meta de trinta a cinquenta cirurgias eletivas, nesse parâmetro de aumento, estaríamos pagando em média trezentos, quatrocentos reais a mais em cada procedimento, ou seja, está dentro do nosso recurso próprio; que eles vão fazer essa pactuação e colocar essa cota, ou seja, o Hospital terá a meta, tem que atingir a meta de atendimento de 50 cirurgias; que quando eles contratam o Hospital não contratam o médico; que a contratualização com o Hospital é porque ele apresentou um organograma e o CNES, onde ele tem sete cirurgiões, sete ortopedistas; que a briga deles é justamente porque o Ministério Público o Poder Judiciário cobra que o SUS pague a disponibilidade médica, ele não cobra do plano de saúde; que o plano só credencia se o Hospital oferecer tudo o que eles pedem e não tem discussão; que eles tem um cirurgião na rede e sabem que vai haver um aumento da demanda e eles vão ter que ampliar o número de cirurgiões dentro da rede. O Conselheiro Vinicius disse acreditar que com essa tabela o Secretário de Saúde vai conseguir resolver uma boa parte dessas cirurgias que estão paradas; que ele gostaria de lembrar que quando se fala de cirurgia reprimida, que o paciente ta sem atendimento, fala que o médico não quer atender, mas não é bem assim; que hoje o Hospital passa para eles que tem sete ortopedistas trabalhando ali, credenciados no CNES do Hospital; que para fazer as contas do SUS, quando um profissional atende no Hospital, ele tem que estar dentro do CNES do Hospital; que nós temos, por exemplo, o Dr. Igor que trabalha na emergência do Hospital as sextas-feiras, então para poder faturar as contas dele ele tem que estar dentro do CNES do Hospital, só que ele é de Ubá; que ele vem aqui faz o plantão de 24 horas e vai para Ubá; que tem o Dr. Aníbal que é de Além Paraíba, o Dr. Celso que é de Leopoldina; que esses que ele citou são de fora da cidade, vem fazer o tratamento emergencial e vão embora, eles não vão estar disponíveis para fazer o acompanhamento do atendimento eletivo; que ele acredita que a Secretaria deveria, de repente, entrar em contato com o Hospital e este entrar em contato com os médicos e ver quais deles residem aqui e estão disponíveis para fazer esse tratamento eletivo aqui na cidade, porque tem que ter o CNES senão não consegue faturar a conta do atendimento; que outra coisa é que o médico é a mão-de-obra para fazer determinada coisa; que muitas vezes falam que o médico vai lá fazer uma cirurgia particular e está utilizando o intensificador de imagem que foi comprado com o recurso do Pró-Hosp, só que o paciente, dentro do pacote dele, está pagando para o Hospital, e não para o médico, o valor da utilização do equipamento, a mesma ocorre quando o plano paga a utilização do equipamento; que jamais é o médico quem recebe pela utilização daquele equipamento; que o recurso do Pró-Hosp veio para o Hospital comprar o equipamento, então o equipamento é do Hospital e não do SUS, veio para ele atender o paciente do SUS, que também são atendidos no Hospital; que o aparelho não foi comprado só para atender o paciente do SUS, porque se for tem que comunicar o Hospital para ele comprar um equipamento somente para o paciente particular e de plano usar, porque aí eles não vão pagar para usar, pois quando o paciente do SUS utiliza o equipamento comprado com o recurso do Pró-Hosp ele não paga a utilização do equipamento; que o que ele quer dizer é que o Hospital precisa tanto do recurso que vem do SUS quanto que vem do plano e particular, mas não é o médico que recebe o dinheiro proveniente da utilização do equipamento. O Secretário de Saúde disse que é por isso que eles estão querendo negociar com o Hospital; que o aparelho só é do Hospital porque foi feita uma avaliação ates o Hospital disse que atende 70% SUS e 30% particular; que eles pretendem colocar isso nas metas, que o Hospital atenda mais o SUS que o particular. O Conselheiro Vinicius reiterou que somente quis deixar claro que quando é utilizado pelo paciente particular e de plano de saúde o equipamento comprado com recurso do SUS, é pago um valor pela utilização do mesmo e esse valor não vai para o médico, e sim para o Hospital; que ele estava de plantão de 12hs e viu que foram feitos 288 atendimentos na emergência e que você pode ir lá e ver que 99% com certeza foi do SUS, ou seja, essa meta de 70% de atendimento SUS com certeza é atingida. O Secretário de Saúde disse que se você chegar hoje na emergência você tem R$14.000,00 (quatorze mil reais) dos médicos sendo pagos hoje pelo SUS, e nada pago pelos planos, o Hospital não está pagando nada; que são quatorze mil reais para sete especialistas. O Conselheiro Joseph pediu ao Secretário se poderia estar repassando essa tabela para os médicos cirurgiões de Cataguases a partir de hoje para ver o retorno que eles irão dar, de forma que não fique algo unilateral e possamos ajudar e concretizar essas ações. O Secretário de Saúde disse que pode haver essa discussão, mas ele precisa de colocar isso em votação hoje para poder passar para a CIR; que se não tiver a aprovação do Conselho aí é outro assunto. O Conselheiro Vasco parabenizou todos que participaram da reunião hoje, bem como o Secretário de Saúde Eliermes pela exposição, pois foi a melhor que ele já viu em vinte e três anos de Conselho, bem como gostaria de recomendar a aprovação da tabela. O Presidente do Conselho agradeceu a contribuição dos Conselheiros Joseph e Vinicius, pois a participação deles no Conselho lhes dá segurança; que realmente essa tabela representa os anseios dos conselheiros há muitos anos; que sabe que ela ainda não vai atender todo mundo, mas é um primeiro passo para mudar e é um grande avanço. Em seguida, perguntou se mais alguém tinha algo a falar, não tendo ninguém se manifestado colocou a tabela diferenciada da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme planilha em anexo e Portaria nº 1.606 de 2001 que regulamenta a complementação da tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde, que entrará em vigor após segunda aprovação na Comissão Intergestores Regionais, a ser realizada na Gerência Regional de Saúde de Leopoldina em votação, solicitando que aqueles que a aprovassem permanecessem sentados e os que não aprovavam se levantassem. A tabela diferenciada da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme planilha em anexo e Portaria nº 1.606 de 2001 que regulamenta a complementação da tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde, que entrará em vigor após segunda aprovação na Comissão Intergestores Regionais, a ser realizada na Gerência Regional de Saúde de Leopoldina foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente do Conselho deixou consignado que, mesmo após essa aprovação, o Conselho gostaria de participar das discussões com os profissionais, sabe o que eles pensam. O Conselheiro Joseph disse que dará retorno ao Presidente do Conselho e ao Secretário de Saúde no mais tardar até sexta-feira, mantendo eles informados até o final do mês com tudo o que os médicos expuserem. O Secretário de Saúde disse que quando estava à frente do CISUM, eles tentaram, algumas vezes, uma questão microrregional, pegar uma equipe de ortopedista, de cirurgião, e tentar custear diretamente com o profissional, mas algumas vezes ele se deparou com algumas questões jurídicas que acabou tornando inviável, mas ele realmente não viu prosperar da mesma forma como vê a questão da tabela, que é a forma mais legal de fazer isso, que ele tem certeza de que Cataguases ainda será referência por causa disso. O Conselheiro Vasco pediu que fosse dada uma salva de palmas para todas as mulheres presentes em homenagem ao Dia das Mulheres que será comemorado amanhã. Por fim, o Presidente do Conselho informou que ainda teríamos o item assuntos de interesses dos conselheiros, mas se todos concordassem poderíamos suprimir isso e encerrar a reunião. Tendo todos os conselheiros concordado, o Presidente encerrou a reunião e, assim sendo eu, Marianne Stéphanie Lúcius Lacerda de Góes Telles Carvalho Alves Cardoso Vieira lavro esta Ata que segue por mim assinada e submeto a aprovação de todos. Cataguases, Minas Gerais, vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezessete.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  | | --- | --- | | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Marianne Stéphanie Alves Vieira**  Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Eliermes Teixeira de Almeida**  Secretário Municipal de Saúde | | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Fernando Moreira Filho**  Associação Brasileira de Odontologia - ABO  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Bruno Couto**  Hospital de Cataguases  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Ana Paula Carneiro B.**  Suplente do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Vasco Fernando Miranda**  Loja Maçônica Labor e Civismo  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Antônio Carlos de Souza Lima**  Lions Club  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **José Francisco Ferreira**  Sociedade São Vicente de Paulo  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Moisés Moura Brito Junior**  CREA-MG | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Iraci Albina da Silva**  Sindicato dos Trabalhadores da Área da Saúde  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Vinicius Miranda**  Sociedade Médica e Cirúrgica de Cataguases  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Gabriela Maria de Oliveira Spíndola**  Centro de Especialidades Odontológicas – CEO  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **José do Carmo de Paula Silva**  Pastoral da Criança  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Rogério Tobias Norte**  Rotary Club Cataguases  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Carlos Silvério**  SINSERPU  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Alencar Francisco Norte Júnior**  Laboratório Municipal | |  |  | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| |  |  | | --- | --- | |  |  | |